

1 - Relatório Anual do Conselho de Administração CERBRANORTE 2014

ÍNDICE

1. RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE.....	2
1.1 INTRODUÇÃO	2
1.1.01 - Histórico	2
1.1.02 Mensagem da Administração	3
1.1.03 Mensagem do Presidente.....	3
1.2 CENÁRIO	5
1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	6
1.2.02 - Comportamento do Mercado.....	6
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo	7
1.2.04 – Receita.....	8
1.2.05 - Número de Consumidores	9
1.2.06 – Tarifas.....	9
1.2.07 - Qualidade do Fornecimento.....	11
1.2.08 - Atendimento ao Consumidor	11
1.2.09 - Tecnologia da Informação.....	11
1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro	12
1.2.11 – Investimentos	13
1.2.12 - Captações de Recursos.....	13
1.2.13 - Valor Adicionado.....	13
1.2.14 - Relações com o Mercado	14
1.3 – GESTÃO.....	16
1.3.01 - A CERBRANORTE em Números.....	17
1.4 - BALANÇO SOCIAL	19
1.4.01 - Recursos Humanos.....	19
1.4.02 - Responsabilidade Social	19
1.4.03 – CIPA	19
1.4.04 - Programa de Estagiários.....	20
1.4.05 – Balanço Social.....	20
1.5 - AGRADECIMENTOS	21
2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS.....	22
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERBRANORTE	60
4. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	61

1. RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE

1.1 INTRODUÇÃO

1.1.01 - Histórico

No início da década de 30, Braço do Norte, que ainda se chamava Calaçópolis, vivia no escuro. Com a iniciativa de dois grandes homens, Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Witthinrich, surgiu uma sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte. A partir daí começou a construção da primeira usina de barragem e canalização do Rio Glória. Com um gerador e uma turbina com capacidade de 30 KVA, a usina começou a gerar energia no dia 27 de outubro de 1930.

Com o passar dos anos e com o crescimento da região, Teodoro Bernardo Schlickmann iniciou pesquisas a fim de transferir a usina para o rio Braço do Norte, na localidade da Represa. Constatada a possibilidade, iniciaram a construção e compraram uma turbina de sucção para 100 cavalos, com dínamo de 125KVA. A nova usina, que serviria Braço do Norte até 5 de agosto de 1965, foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 1950.

A usina passou a ser administrada pela prefeitura municipal no início dos anos 60, que incentivou, por motivos legais, a criação de uma sociedade cooperativista. No dia 2 de fevereiro de 1962, reuniram-se, na Câmara Municipal de Braço do Norte, 42 pessoas do comércio, indústria e funcionários públicos, para construir a Sociedade Cooperativa de Eletrificação, regida pela Lei N°22.239 de 19 de dezembro de 1932 e decreto N°3.410 de 19 de dezembro de 1945. O prefeito na época, Dorvalino Locks, foi aclamado para dirigir os trabalhos de preparação, com Bernardo Wiggers como secretário.

O presidente então mandou elaborar a lista nominativa das cotas para formação do capital, com o investimento mínimo de CR\$ 100 mil. Para mostrar clareza, todos os presentes assinaram o estatuto social como fundadores. E assim nasceu a Sociedade Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte que, após a conclusão da linha de transmissão e construção da subestação em Gravatal, foi inaugurada no dia 5 de agosto de 1965. Iniciou aí um grande salto no crescimento do município. A energia elétrica era fornecida pela Cia Siderúrgica Nacional, localizada em Capivari de Baixo.

Em meio às dificuldades e frequentes defeitos na rede de transmissão, o presidente Dorvalino Locks seguia seu trabalho buscando crescimento e melhorias. Após inúmeras conquistas, a Cerbranorte passou a atender também o município de Rio Fortuna, já sob a administração de Luiz Kuerten, o Tilico.

A assinatura do contrato de permissão 28/2008 em 25 de novembro de 2008 marcou o início de uma nova trajetória da Cerbranorte, agora dentro do mercado regulado. A busca constante por melhorias na qualidade da energia distribuída e redução das tarifas, motivou a Cerbranorte a iniciar em 2014 a construção de uma nova subestação em 138 KV. A inauguração aconteceu ainda em 2014, quando em 06 de dezembro, o atual presidente, Antonio Jose da Silva, deu início a energização da mesma, garantindo energia em qualidade e quantidade suficiente para o mercado atendido pela Cerbranorte nos próximos anos.

Atualmente, 06 municípios da Região do Vale de Braço do Norte (SC) têm áreas de atendimento feito pela CERBRANORTE. Um total de 20.146 associados contam com a Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades.

Toda essa trajetória contribuiu para o comprometimento, desenvolvimento, transparência e participação, princípios norteadores dessa “empresa familiar”, que têm como objetivo principal, distribuir energia elétrica aos seus associados e consumidores com excelência em serviços.

1.1.02 Mensagem da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Determinações legais e estatutárias orientam a submeter à apreciação o relatório das atividades do exercício de 2014.

Este deve vir acompanhado das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, comparadas ao período de 2013, acompanhadas de parecer do conselho fiscal e auditores independentes, acrescida do balanço social.

A Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA são importantes instrumentos para divulgar o desempenho da Cerbranorte para a sociedade, associados e consumidores.

O demonstrativo das sobras apuradas no exercício, acompanhadas de proposta de destinação pelo conselho de administração, comporá finalmente, os demonstrativos para publicação e para deliberação da assembleia geral ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2014.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

1.1.03 Mensagem do Presidente

A cada dia que passa surgem novos desafios, que conseqüentemente nos obrigam a ter novos propósitos, novas ideias. Com a assinatura do Contrato de Permissão (novembro/2008) e o conseqüente ingresso da CERBRANORTE no Mercado Regulado, passamos a trabalhar em um sistema, por nós até então desconhecido, repleto de procedimentos e obrigações. Exigências estas oriundas das Resoluções Normativas, Contratos, Leis, Decretos aos quais tivemos que nos adequar, aperfeiçoando nossa prestação de contas, atendimento ao público, qualificação profissional e demais serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, sempre visando à agilidade, a qualidade, a satisfação, o respeito e a transparência aos nossos associados.

Diante de tantas mudanças, ao findar 2014, lembramos que nossa trajetória começou com a iniciativa de dois homens, os Srs. **Theodoro Bernardo Schlickmann e Augusto Withenrich** e o surgimento da sociedade chamada Força e Luz Braço do Norte.

O crescimento veio e novos pedidos de fornecimento passaram a ocorrer naturalmente, beneficiando outras propriedades e famílias localizadas em Braço do Norte.

Aos 42 sócios iniciais da cooperativa, foram surgindo, dia-a-dia, novas adesões. Passamos a acompanhar e incentivar esse desenvolvimento, projetando investimentos para suprir essas necessidades, como a subestação de 138kV, concluída este ano.

Adquirimos também novos equipamentos, assegurando agilidade e confiabilidade aos colaboradores internos de modo a satisfazer os associados, de todas as classes, entre residências, indústrias, comércio, propriedades rurais e poder público.

Hoje, temos certeza que nossa missão apenas está começando, uma vez que nossa visão não pode ser menor do que tudo que já ocorreu, pois os valores agregados ao longo dos anos nos credenciam a novas oportunidades. A energia elétrica que distribuimos deixou de ser simplesmente uma fonte de iluminação para o homem do campo e da cidade e passou a ser oportunidade, desenvolvimento e rentabilidade.

Salientamos que, mesmo com os diversos encargos e investimentos necessários ao novo cenário (Regulado), não houve nenhum prejuízo ao atendimento do consumidor e, muito menos, na qualidade da prestação de nosso serviço. O índice de 82,96 de satisfação do consumidor da Cerbranorte, levantado através da Pesquisa IASC 2014, corrobora essa informação. Este indicador coloca a Cerbranorte no 21º lugar a nível nacional, com conceito “Excelente” dentro da metodologia aplicada e dentro de um grupo formado apenas por 28 distribuidoras de energia com tal classificação, sendo a grande maioria delas, cooperativas permissionárias. Tal fator nos traz orgulho e ânimo para os desafios que nos aguardam no futuro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a todos ligados à CERBRANORTE, Senhores Associados, Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, pelo apoio, pela confiança, pela dedicação, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso, tornando essa Cooperativa uma família ainda mais unida, forte e participativa.

Finalizo, agradecendo a DEUS, que sempre nos direciona ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

1.2 CENÁRIO

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte continua sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, utilizando conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses quase 53 anos de existência, para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários conectados ao nosso sistema de distribuição.

Em 28 de novembro de 2008 a Cerbranorte assinou o contrato com a ANEEL, de nº 025/2008, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A área de permissão está situada nos Municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima com um total de 521,96 Km².

O planejamento de ampliação e recuperação do sistema elétrico continua sendo predominante na permissionária. O ano de 2013 foi marcado pela expansão do setor da construção civil, impulsionando o crescimento do consumo de energia. Em 2014, o aumento da produção das indústrias instaladas em nossa área de atuação e a negativa recebida da supridora Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina ao pedido de aumento de demanda encaminhado tornou inviável a permanência da Cerbranorte na subestação Floresta de 69 KV, dada a limitada capacidade da mesma e também da linha de transmissão. Dessa forma, no ano de 2014, todos os esforços foram concentrados na construção da subestação de 138kV, em terreno já adquirido anteriormente para esse fim, objetivando melhorar a qualidade e garantir o fornecimento aos associados e consumidores.

Os poucos de recursos disponíveis e a necessidade de grandes investimentos na distribuição de energia têm limitado a participação da Cerbranorte em eventos, atividades e projetos sociais. Entretanto, o caráter cooperativista desta distribuidora, motiva o envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de permissão, como demonstrado no balanço social.

A administração constantemente melhora as condições de fornecimento e atendimento social e igualitário aos associados e consumidores, de forma a promover o desenvolvimento econômico às diversas classes de consumo.

A CERBRANORTE possui a certificação atendendo a Norma **NBR ISO 9001:2008**, referente à aplicação de coleta de dados para apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes, em atendimento à Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 414/2010. O referido processo de Certificação esta sendo conduzido pela Brtüv Avaliações da Qualidade S/A.

A baixa rotativa de funcionários é fruto da política de valorização do colaborador, qualificação constante e oferecimento de benefícios que motivam a permanência na empresa, além de contribuir para a satisfação no ambiente de trabalho. Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua, através da distribuição de energia com qualidade e continuidade, para atender os requisitos regulamentares do cliente e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

1.2.01 - Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CERBRANORTE distribui energia elétrica a 15.369 consumidores, de 6 municípios dos 295 de Santa Catarina, com predominância nos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna. Além desses, a Cerbranorte é supridora da CERAL – Cooperativa de Distribuição de Energia de Anitápolis.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

1.2.02 - Comportamento do Mercado

A CERBRANORTE não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e participação do Programa Governamental PROINFA.

	2014	2013
Geração própria	0	0
CELESC	131,39	122,04
PROINFA	3,15	2,09
Total	134,54	124,13
Disponibilidade		
Consumidores - distribuição	122,99	112,54
Direta		
Consumidores livres	0	0
Concessionárias	0	0
Energia Contratual	0	0
Energia de curto prazo	0	0
Fornecimento e suprimento	122,99	112,54
Perdas e diferenças	8,58	9,34

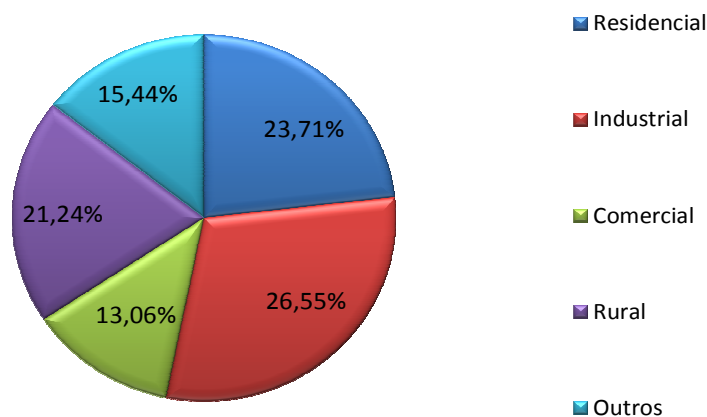
1.2.03 - Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica em nossa área de permissão no ano 2014 foi de 122,99 Giga watts-hora, apresentando aumento de 10,26% em relação a 2013. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi novamente a classe industrial. Esta classe teve um aumento de 16,36%, impulsionada pelo incremento na construção civil em nossa área de atuação e principalmente pelo aumento de demanda nas indústrias de Braço do Norte.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2014	2013	%
Residencial	28,53	25,96	9,90
Industrial	36,84	31,66	16,36
Comercial	15,37	14,23	8,01
Rural	24,52	23,02	6,52
Outros	17,73	16,68	6,29
Total	122,99	111,55	10,26

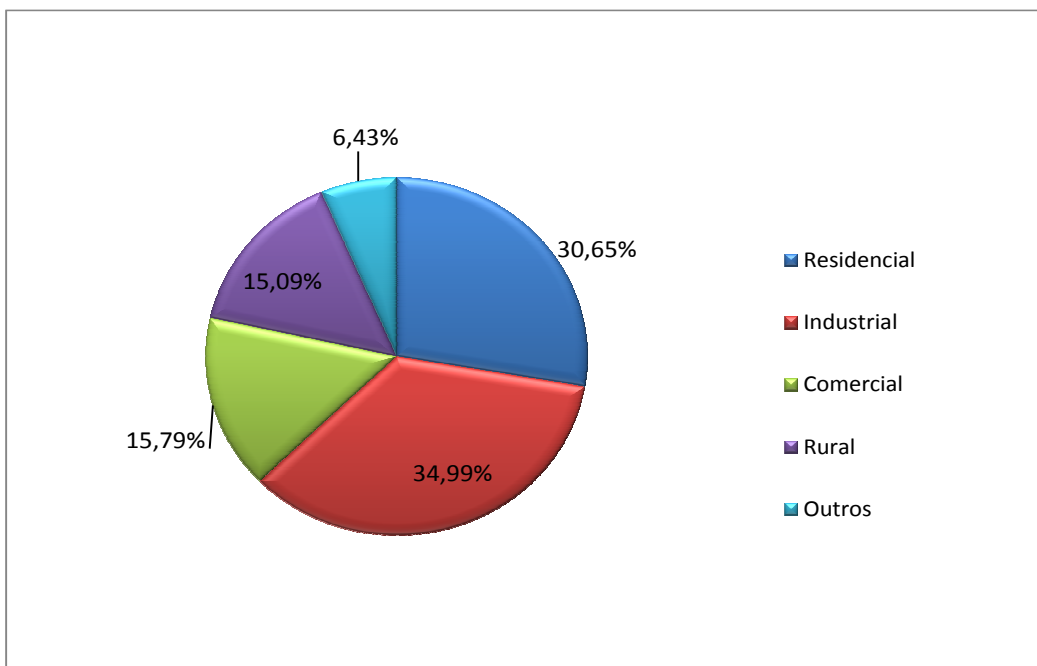


1.2.04 – Receita Faturada

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R\$ 39.718 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2014	2013	%
Residencial	11.003	9.635	14,20
Industrial	13.896	10.545	31,77
Comercial	6.271	5.396	16,22
Rural	5.995	5.233	14,57
Outros	2.553	1.976	29,21
Total	39.718	32.785	21,15



1.2.05 - Número de Consumidores

O número de consumidores associados, incluindo o suprimento, faturados em dezembro de 2014 apresentou um crescimento de 2,73% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2014	2013	%
Residencial	9.947	9.659	2,98
Industrial	773	751	2,93
Comercial	1499	1456	2,95
Rural	2997	2948	1,66
Outros	154	147	4,76
Total	15.370	14.961	2,73

1.2.06 – Tarifas

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela Distribuidora.

No Brasil as tarifas de energia elétrica são do tipo “Price Cap” (Tarifa pelo preço). Nesse regime regulatório o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme características específicas também de cada área de concessão ou permissão.

O conjunto das tarifas aplicadas aos consumidores finais por classe de consumo, no mercado da permissionária, forma a receita requerida, necessária ao equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão ou permissão.

1.2.06.01 - TARIFAS MÉDIAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2014, atingiu R\$ 323,00/MWh, com um aumento de 10,87 % com relação a dezembro de 2013.

OBS: Os valores a seguir demonstrados estão expressos em (Reais/mil).

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	385,66
Industrial	377,17
Comercial	408,05
Rural	244,52
Poderes Publicos	383,96
Outros	122,38

1.2.06.02 - ABERTURA DAS TARIFAS POR CLASSE

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela "A" (suprimento, encargos setoriais e impostos) e os custos gerenciáveis ou Parcela "B" (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

		Valores em R\$ mil					
Composição da Tarifa		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada		11.003,22	13.895,88	6.271,34	5.995,30	574,40	1.987,01
Energia faturada em GWh		28,531	36,842	15,369	24,519	1,496	16,236
Energia + ICMS		11.003.219,77	13.895.875,32	6.271.335,97	5.995.299,71	574.398,88	1.987.010,21
Custos não gerenciáveis	(-) Impostos	2.029,22	3.472,90	1.567,75	1.174,84	96,75	348,97
	PIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COFINS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ICMS	2.029,22	3.472,90	1.567,75	1.174,84	96,75	348,97
	(-) Encargos Setoriais	171,23	221,10	92,24	147,15	8,98	97,44
	Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	P&D/PEE	82,27	106,24	44,32	70,70	4,31	46,82
	Adicional de CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CDE	88,96	114,87	47,92	76,45	4,66	50,62	
(-) Custo da energia	4.652,87	6.008,24	2.506,39	3.998,59	243,97	2.647,79	
Energia	3.010,34	3.887,24	1.621,60	2.587,03	157,84	1.713,08	
PROINFA	165,39	213,57	89,09	142,14	8,67	94,12	
TUSD	1.477,14	1.907,42	795,70	1.269,42	77,45	840,59	
(=) Residual (Custos gerenciáveis)		4.149,91	4.193,64	2.104,96	674,73	224,70	-1.107,18

		Valores em R\$ mil			
Parcela		Em 2014	Em 2013	Varição	
Parcela A	74%	29.486,38	67%	22.112,09	33%
Parcela B	26%	10.240,76	33%	10.672,91	-4%
Tarifa Aplicada	100%	39.727,14	100%	32.785,00	21%

1.2.07 - Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	9,07	12,45	0,16
2014	6,31	9,60	0,19

1.2.08 - Atendimento ao Consumidor

No exercício de 2013 a CERBRANORTE passou a atender as unidades consumidoras rurais com ligações monofásicas ou bifásicas nos termos do art. 10 da resolução normativa nº 488/2012, instalando gratuitamente o padrão de entrada e o ramal de conexão. Durante o ano de 2014, em continuidade a este programa, foram instalados 74 padrões rurais na área de atuação da Cerbranorte.

Deu continuidade ao atendimento dos pedidos de ligação novas e a expansão do sistema de distribuição que se encontra em plena atividade, atendendo totalmente a demanda de associados e consumidores de todas as classes, em nossa área de permissão.

1.2.09 - Tecnologia da Informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, que dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERBRANORTE segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, como sensores infravermelhos para identificar danos nas redes elétricas, fazendo assim uma manutenção preventiva de seus equipamentos. Em 2014 foram instalados 07 religadores automatizados, todos nas dependências da subestação de 138 kV, recentemente construída. Estes religadores, adicionados aos 05 já existentes na rede de distribuição da Cerbranorte, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia.

O site da Cerbranorte, agiliza o acesso dos consumidores a serviços on-line, como emissão de segundas vias e comunicação dos mesmos com a Cerbranorte. A Área do Consumidor no site, ainda possibilita o acompanhamento do histórico de consumo e atualização de dados cadastrais. Para o consumidor ligado em Alta Tensão, existe ainda a opção de acompanhamento diário de seus dados de consumo através da Telemedição. Este recurso possibilita ao consumidor o acompanhamento em tempo real

de dados de leitura, fator de potência, corrente e tensão, permitindo ao técnico da empresa o gerenciamento de perdas e curvas de carga, entre outras funcionalidades.

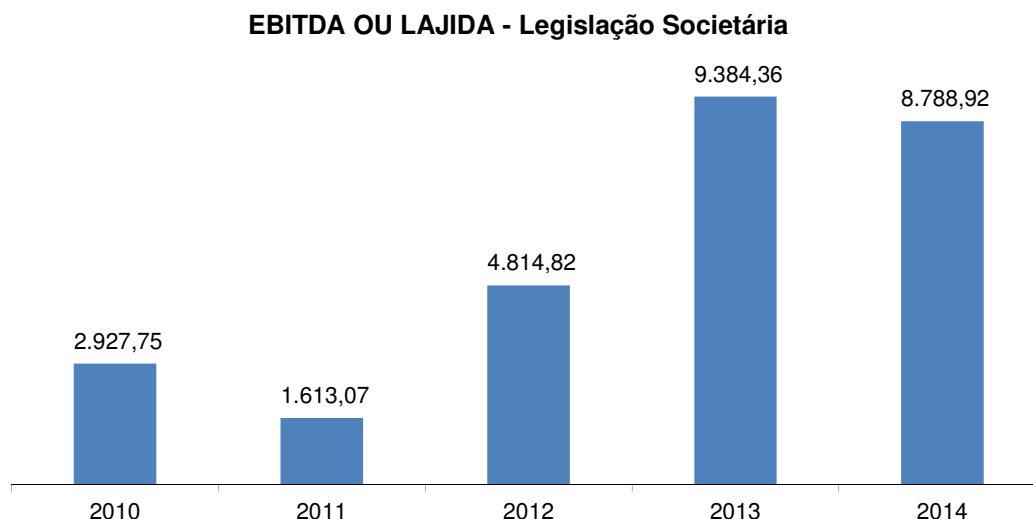
A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, para melhoria da qualidade de energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, servidores e treinamento de pessoal, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e melhorando a agilidade e qualidade dos serviços prestados, em busca de maior satisfação dos associados.

1.2.10 - Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2014, as sobras líquidas à disposição para deliberação da assembleia foram de R\$ 2.068 mil. Comparado com as R\$ 1.090 mil de 2013, houve um aumento de R\$ 978 mil, representando um aumento de 89,78%. Tal fato se dá pelos seguintes fatores, a) Redução dos Encargos Setoriais; b) Aumento na receita de fornecimento de energia elétrica; c) Redução das Despesas Gerais e Administrativa; d) A anulação dos efeitos do Ativos e Passivos Regulatórios.

As despesas operacionais totalizaram em 2014 R\$ 2.971 contra R\$ 5.826 mil em 2013, 49,00% menores em relação ao exercício anterior. O resultante da redução dos custos operacionais ocorreu em função da diminuição das despesas com pessoal, material e serviços de terceiros. A Aneel aprovou, através da Nota Técnica nº 351/2013-SER/ANELL no item nº 27, o reconhecimento das despesas com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. Essa despesa, que deve ser recuperada via tarifa, foi um dos pontos para que essa diferença ficasse tão evidenciada. E finalmente o item mais representativo dentre todos foi a anulação dos ativos e passivos regulatórios, já citados anteriormente. Estes itens em 2013 aumentaram os custos e, em 2014, eles retornaram positivamente, contribuindo para a diminuição do custo operacional. Para 2015, existe a possibilidade de que esses ativos e passivos regulatórios sejam revertidos do resultado e passem a influenciar as variações patrimoniais. Para isso a permissionária deverá assinar um aditivo de contrato com o órgão regulador. Entretanto, a ausência desse aditivo em 2014, fez com que esses efeitos ainda permanecessem no resultado.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 8.788,92 Mil, inferior em 6,77% a 2013, que foi de R\$ 9.384,36 Mil, conforme variação abaixo:



1.2.11 – Investimentos

Em 2014, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.574 mil, 4,11% superiores a 2013. Nesse valor não estamos considerando os investimentos realizados na nova subestação de 138 kV, recentemente finalizada, pois a imobilização da mesma será realizada em 2015, com um investimento de aproximadamente 12 milhões de reais. A seguir quadro dos investimentos já imobilizados:

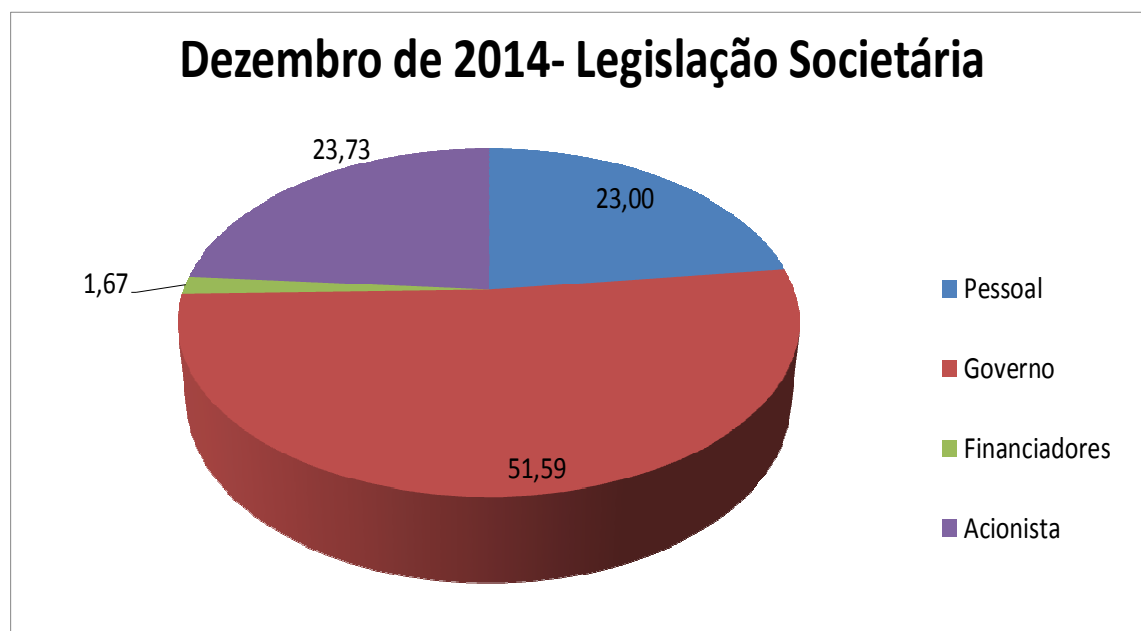
	Investimentos - R\$ mil		
	2014	2013	%
Obras de Transmissão	0	0	-
Obras de Distribuição	4.574	4.393	4,11
Obras	7	5	38,49
Ligações e Medições	4.392	3.994	9,97
Veículos	82	336	(75,64)
Equipamento Geral	83	52	59,60
Intangível	9	6	-
Total	4.574	4.393	4,11

1.2.12 - Captações de Recursos

Os investimentos de 2014 foram realizados com recursos próprios e, em sua grande maioria, com recursos de terceiros. Essa captação dos recursos de terceiros foi necessária para construção de uma subestação 138 kV, indispensável para garantia da continuidade do fornecimento na área de atuação da Cerbranorte, além de fornecer qualidade e segurança na distribuição de energia elétrica.

1.2.13 - Valor Adicionado

Em 2014, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERBRANORTE foi de R\$ 20.907,29 (Reais/mil), representando 34,49% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social da CERBRANORTE era de R\$ 2.602 (Reais/mil), composto por 503.650 cotas, assim distribuídas:

Antonio Jose da Silva	25	0,005
Manoel da Silva	25	0,005
Irio Luiz Volpato	25	0,005
Juliano Kuerten Costa	25	0,005
Jacinto Della Giustina	25	0,005
Zeno Wiggers	25	0,005
Laudir Vieira da Luz	25	0,005
Demais Associados	503.475	99,965
T O T A L	503.650	100,000

1.2.14 - Relações com o Mercado

A permissionária mantém a disposição dos seus associados, serviço de atendimento presencial na sede social, situado à Rua Jorge Lacerda, 1761, Centro Braço do Norte – SC e filial à Rua Sete de Setembro, 1220 Centro de Rio Fortuna – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432499 (48) 3658-2499 e (48) 3653-1129, com atendimento 24 horas.

O sitio oficial da Cerbranorte no endereço, www.cerbranorte.com.br disponibiliza todas as informações de cadastro e consumo, bem como um canal aberto para comunicação entre a cooperativa e seus associados.

Em 2014 a permissionária investiu R\$ 37 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, de modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, do crescimento regional e da nova realidade da Cerbranorte perante as exigências da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, o quadro de empregados da permissionária apresentou aumento de dois colaboradores.

1.3 – GESTÃO

O planejamento empresarial elaborado pela permissionária vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico. Gerir hoje envolve uma gama abrangente e diversificada de atividades. O gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições adversas e de cenários alternativos.

Atualmente o modelo de gestão das atuais cooperativas de infraestrutura tem funcionamento semelhante ao de uma empresa normal, cuja gestão é centralizada em poucas pessoas (a diretoria). O diferencial fica nas definições estatutárias, que no caso da Cerbranorte, limita o mandato à 04 anos e restringi as ações da diretoria às decisões das assembleias. Mas o principal aspecto do cooperativismo é a gestão participativa, que valoriza e fortalece o associado e não a estrutura física. Nesta visão é importante ter sócios fortalecidos, com estrutura simples e ágil, a serviço dos associados. Atender as expectativas e necessidades dos associados é o foco da gestão.

Essa concepção proporcionou a criação de um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças, identificar tendências, que, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas a serem submetidas à apreciação da assemblei geral ordinária de 2015.

1.3.01 - A CERBRANORTE em Números

1.3.01.01 - Atendimento	2014	2013	%
Número de consumidores	15.370	14.961	2,66
Número de empregados	92	90	2,17
Número de consumidores por empregado	167	166	0,46
Número de localidades atendidas	6	6	0,00
Número de agências	0	0	0,00
Número de postos de atendimento	2	2	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
1.3.01.02 - Mercado			
Área de concessão (Km ²)	510,22	510,22	0,00
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00
Demanda máxima (MWh/h)	28	26	8,79
Distribuição direta (GWh)	122.994	112.540	8,50
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	323	291,33	9,80
Total			
Residencial	385,66	365,38	5,26
Comercial	408,05	331,23	18,83
Industrial	377,17	376,13	0,28
Rural	244,52	224,79	8,07
Suprimento	54,89	27,50	49,90
DEC (horas)	6,31	9,07	-43,74
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	33	33	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	11	11	0,00
FEC (número de interrupções)	9,60	12,45	-29,69
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2	3	-35,00



1.3.01.03 - Operacionais

	2014	2013	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0
Linhas de distribuição (Km)	1.365	1.344	1,56
Capacidade instalada (MW)	81	77	5,19

1.3.01.04 - Financeiros

Receita operacional bruta (R\$ mil)	60.693	41.394	46,62
Receita operacional líquida (R\$ mil)	51.264	32.869	55,97
Margem operacional do serviço líquida (%)	1,18	1,26	(5,99)
EBITDA OU LAJIDA	8.788	9.384	(6,35)
Lucro líquido (R\$ mil)	5.045	2.865	76,10
Lucro líquido por mil cotas	5	3	76,10
Patrimônio líquido (R\$ mil)	17.832	12.765	39,69
Valor patrimonial por cota R\$	1	1	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	28,29	22,44	26,07

1.3.01.05 - Endividamento do patrimônio líquido (%)

	113,80%	57,60%	97,57
Em moeda nacional (%)	113,80%	57,60%	97,57
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

1.3.01.06 - INDICADORES DE PERFORMANCE

	2014	2013
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	2,18	2,01
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.462	1.333
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	8,76	8,02
Retorno de Ativos por Unidade:	0,19	0,24

1.4 - BALANÇO SOCIAL

1.4.01 - Recursos Humanos

Em 2014, a Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRANORTE realizou para aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, de acordo a especificidade de cada área. Ajudou também ensinos profissionalizante e superior, diretamente ligados à atividade fim e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº 10.

1.4.02 - Responsabilidade Social

Responsabilidade social para a permissionária é comprometer-se com um conjunto de políticas, programas e práticas que ultrapassem as exigências éticas e legais no que tange à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

A CERBRANORTE sempre busca colaborar com a comunidade, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. No ano de 2014, deu continuidade ao desenvolvimento do COOPERJOVEM, programa social voltado às escolas, cujo objetivo é divulgar o cooperativismo e seus princípios às crianças do 1º ao 9º ano escolar. Também auxiliou aos municípios de Braço do Norte e Rio Fortuna com os preparativos para o Natal, através da instalação da iluminação e decoração: nas igrejas, nas praças e nas principais ruas, onde a população pode fazer visitação e assistir shows natalinos.

1.4.03 – CIPA

Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA realizam reuniões mensais tendo como objetivos cumprir a Norma Regulamentadora Nº 05, abordando assuntos como: identificação dos riscos para cada função existente, fiscalização do uso, pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e, divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem também como objetivo solucionar os problemas de segurança e saúde.



1.4.04 - Programa de Estagiários

Mediante convênio com algumas instituições de ensino, a permissionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. Entretanto, em 2014 o programa de estágio da cooperativa não contemplou nenhum estagiário.

1.4.05 – Balanço Social

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2014			2013		
Receita Líquida (RL)	51.264,31			32.869,06		
Resultado Operacional (RO)	5.084,21			3.076,91		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	5.677,06			4.998,23		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/FPB	% S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	1.578,30	27,80%	3,08%	1.193,46	23,88%	3,63%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	148,14	2,61%	0,29%	106,02	2,12%	0,32%
Alimentação	568,44	10,01%	1,11%	514,68	10,30%	1,57%
Outros - Seguros	26,67	0,47%	0,05%	29,02	0,58%	0,09%
Total - Indicadores Laborais	2.321,55	40,89%	4,53%	1.843,18	36,88%	5,61%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL	Valor (R\$/mil)	% S/RO	% S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.463,47	186,13%	18,46%	8.559,28	278,18%	26,04%
Total - Indicadores Sociais	9.463,47	186,13%	18,46%	8.559,28	278,18%	26,04%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	92			90		
Admissões durante o período	2			13		
Demissões durante o período	0			5		
Empregados acima de 45 anos	30			27		
Mulheres que trabalham na empresa	14			14		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,8			8,7		
Número total de acidentes de trabalho	5			4		

1.5 - AGRADECIMENTOS

A diretoria composta pelos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, efetivos e suplentes, que participaram da gestão representando os associados nos debates das questões de maior interesse da Cerbranorte.

Ao quadro funcional, que desenvolveu suas atividades contribuindo para o cumprimento da missão da permissionária.

E aos associados que participaram das assembleias apresentando sugestões e contribuindo com o crescimento da cooperativa, garantindo a participação cooperativa.

Braço do Norte, 31 de dezembro de 2014.

A Administração.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS



Energia que evolui com você

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2014	2013
Circulante		11.351,92	8.101,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.969,79	876,98
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	7	6.299,12	4.843,58
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(506,29)	(425,26)
Impostos e Contribuições Sociais	10	266,56	88,52
Estoques	11	360,59	223,88
Despesas Pagas Antecipadamente	12	25,42	22,42
Outros Créditos	9	2.936,73	2.471,48
Não Circulante		26.771,70	12.016,56
Realizável a Longo Prazo		4.936,52	3.426,57
Ativo Indenizável (Permissão)	13	4.255,31	3.292,91
Impostos e Contribuições Sociais	10	524,70	67,68
Outros Créditos	9	156,51	65,98
Investimentos	14	43,71	43,71
Imobilizado	15	1.326,50	769,78
Intangível	16	20.464,97	7.776,50
TOTAL DO ATIVO		38.123,62	20.118,16

PASSIVO	NE	2014	2013
Circulante		7.356,00	6.146,96
Empréstimos e Financiamentos	17	651,15	135,58
Fornecedores	18	3.148,92	3.103,63
Impostos e Contribuições Sociais	10	267,26	532,91
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	19	832,76	787,92
Encargos do Consumidor a Recolher	20	53,21	31,48
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	21	932,15	639,88
Provisão para Contingências	22	326,00	240,76
Outras Contas a Pagar	23	1.144,55	674,80
Não Circulante		12.935,82	1.206,11
Empréstimos e Financiamentos	17	12.035,31	305,60
Provisão para Contingências	22	364,35	364,35
Outras Contas a Pagar	23	536,16	536,16
Patrimônio Líquido	24	17.831,80	12.765,09
Capital Social		2.602,35	2.581,25
Reserva de Capital		726,46	726,46
Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial		817,13	817,13
Reservas de Sobras		11.617,01	7.550,14
Reservas Estatutárias		11.617,01	7.550,14
Sobras ou Perdas Acumuladas		2.068,85	1.090,11
Sobras a Disposição da AG		2.068,85	1.090,11
TOTAL DO PASSIVO		38.123,62	20.118,16

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2014	2013
Receita Operacional	26	60.692,84	41.394,10
Fornecimento de Energia Elétrica		11.563,35	18.729,03
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		27.914,13	16.506,71
Receita de Construção		15.670,60	3.741,96
Outras Receitas Operacionais		5.544,76	2.416,40
(-) Deduções da Receita Operacional	27	9.428,53	8.525,04
Tributos Sobre a Receita		8.690,41	7.124,96
Encargos Setoriais		738,12	1.400,08
(=) Receita Operacional Líquida	28	51.264,31	32.869,06
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	29	43.208,80	23.965,59
Energia Comprada para Revenda		20.057,84	13.588,69
Custo de Operação		7.474,92	6.567,86
Custo de Construção		15.670,60	3.741,96
Custo dos Outros Serviços Prestados		5,44	67,08
(=) Resultado Operacional Bruto		8.055,51	8.903,47
(-) Despesas Operacionais		2.971,30	5.826,56
Despesas com Vendas	29	67,78	-226,31
Despesas Gerais e Administrativas	29	2.981,30	3.105,91
Outras Receitas e Despesas Líquidas	29	(77,78)	2.946,96
(=) Resultado do Serviço		5.084,21	3.076,91
(+) Resultado Financeiro	30	-3,66	-177,58
Receitas Financeiras		351,98	468,29
(-) Despesas Financeiras		355,64	645,87
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		5.080,55	2.899,33
(-) IRPJ	33	21,84	21,40
(-) CSLL	33	13,10	12,84
(=) Resultado Líquido do Exercício		5.045,61	2.865,09

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação e Ajuste Patrimonial	Reservas de Sobras			Reserva ou Perdas Acumuladas	Totais	
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Expansão Manut. Sist. Distribuição			
Saldo em 31/12/2012	2.649,57	726,46	817,13	2.753,16	945,60	3.131,95	16.271,02	228,44	27.523,33
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	23,77	-	-	-	-	-	-	-	23,77
Efeito Desmembramento de Sociedade	-92,09	-	-	-1.375,13	-341,83	-	-15.573,73	-	-17.382,78
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	228,43	-228,43	0,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-264,31	-125,28	-	125,27	-264,32
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.865,09	2.865,09
Destinações Estatutárias	-	-	-	275,67	246,25	1.378,34	-	-1.900,26	0,00
Saldo em 31/12/2013	2.581,25	726,46	817,13	1.653,70	585,71	4.385,01	925,72	1.090,11	12.765,09
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	21,10	-	-	-	-	-	-	-	21,10
Destinação do Resultado - AGO	-	-	-	-	-	-	1.090,11	-1.090,11	0,00
Reversão de Reservas									
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	-166,21	-175,40	-	341,61	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.045,61	5.045,61
Destinações Estatutárias	-	-	-	493,50	357,40	2.467,47	-	-3.318,37	0,00
Saldo em 31/12/2013	2.602,35	726,46	817,13	2.147,20	776,90	6.677,08	2.015,83	2.068,85	17.831,80

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	5.045,61	2.865,09
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	2.166,49	3.091,95
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	81,03	-272,08
Depreciação e Amortização	782,77	691,46
Baixas do Intangível	986,29	2.540,43
Baixas do Imobilizado	316,40	132,14
Variações no Ativo	3.748,49	1.951,91
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	1.455,54	-459,63
Impostos e Contribuições Sociais	635,06	47,56
Estoque	136,71	91,57
Despesas Pagas Antecipadamente	3,00	5,67
Ativo Financeiro da Concessão	962,40	933,05
Outros Realizáveis	555,78	1.333,69
Variações no Passivo	693,47	1.035,51
Fornecedores	45,29	1.229,11
Impostos e Contribuições Sociais	-265,65	-883,71
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	44,84	113,66
Encargos do Consumidor a Recolher	21,73	-151,31
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	292,27	239,79
Outras Exigibilidades	554,99	487,97
Total das Atividades Operacionais	4.157,08	5.040,64
Atividades de Investimento		
Participações Societárias	0,00	-16.631,43
Aplicações no Intangível	14.457,53	4.507,96
Aplicações no Imobilizado	873,12	0,00
Total das Atividades de Investimento	15.330,65	-12.123,47
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	12.245,28	233,51
Aumentos de Capital	21,10	23,77
Reversão de Reservas	0,00	-264,32
Efeito Desmembramento Soc. Sobre o Pat. Líquido	0,00	-17.382,78
Total das Atividades de Financiamento	12.266,38	-17.389,82
Total dos Efeitos no Caixa	1.092,81	-225,71
Saldo Inicial de Caixa	876,98	1.102,69
Saldo Final de Caixa	1.969,79	876,98
Varição no Caixa	1.092,81	-225,71

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2014 e 2013

VI - Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas	60.625,06	41.620,43
Venda de Energia e Serviços	44.792,75	37.545,26
Receita de Construção	15.670,60	3.741,96
Outros Receitas Operacionais	229,49	106,89
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-67,78	226,32
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	38.987,73	23.677,80
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>38.987,73</u>	<u>23.677,80</u>
Energia Comprada para Revenda	13.690,11	11.635,59
Encargo de Uso de Rede Elétrica	6.367,73	1.953,10
Outros Insumos Adquiridos	447,09	3.150,84
Material e Serviços de Terceiros	2.812,20	3.196,31
Custo da Construção	15.670,60	3.741,96
(=) Valor Adicionado Bruto	21.637,33	17.942,63
(-) Depreciações e Amortizações	(730,03)	(658,48)
(=) Valor Adicionado Líquido	20.907,30	17.284,15
(+) Valor Adicionado Transferido	351,98	468,29
Receitas Financeiras	351,98	468,29
(=) Valor Adicionado a Distribuir	21.259,28	17.752,44
Distribuição do Valor Adicionado:	21.259,28	17.752,44
Pessoal	4.889,60	4.337,30
Remunerações	3.779,77	3.335,74
Encargos Sociais - FGTS	289,37	260,80
Auxílio Alimentação	568,44	514,68
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	252,02	226,08
Governo	10.968,43	9.904,18
Federal	2.118,86	2.761,81
Estadual	8.844,90	7.142,23
Municipal	4,67	0,14
Financiadores	355,64	645,87
Outros Encargos Financeiros	355,64	645,87
Cooperados	5.045,61	2.865,09
Sobras Retidas	5.045,61	2.865,09
Valor Adicionado (médio) por Empregado	231,08	197,25

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – CERBRNORTE é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERBRNORTE está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2014, a CERBRNORTE realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.629 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua

determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

<u>Parcela A</u>	<u>Parcela B</u>
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável (2.4.7)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.1)	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.2)	Despesas de Operação e Manutenção (2.4.8)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D e PEE (2.4.3)	Pessoal
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.4)	Material
	Serviços de Terceiros
Encargos de Transmissão (2.4.5)	Despesas Gerais e Outras
	Despesas de Capital
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)	Cotas de Depreciação (2.4.9)
	Remuneração do Capital (2.4.10)

2.4.1. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.3. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL e se refere à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.4.4. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.5. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.6. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem

o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.7. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considerada irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.8. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.10. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas

em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.6. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.7. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment - A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.9. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.10. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.11. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.12. Receitas e Despesas - A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.12.1. Receita Não Faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e à receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.12.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) – Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.13. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.14. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

4.15. Operações com Terceiros – As operações com não associados estão escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 33.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, é destinado integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Desmembramento de Sociedade

Em 4 de novembro de 2013 a CERBRANORTE concluiu o processo de desmembramento de sociedade iniciado em março de 2013, nos termos da Lei 5.764/71, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013. Referida assembleia, aprovou também, a constituição da Comissão de Desmembramento, a qual foi a responsável pela condução do processo de desmembramento.

O objetivo do desmembramento foi o de separar os investimentos na atividade geração de energia elétrica mantidos na estrutura patrimonial da CERBRANORTE.

O desmembramento teve, ainda, objetivos estratégicos utilizando-se de prerrogativa concedida pela ANEEL às cooperativas com investimento em geração de energia elétrica, oportunizando a separação de atividades estranhas ao serviço de distribuição de energia elétrica. Visou também o atendimento de aspectos legais relacionados à organização do setor elétrico nacional estabelecido de forma desverticalizada, onde as atividades de geração e transmissão de energia elétrica devem ser segregadas da atividade de distribuição de energia elétrica, nos termos da legislação vigente.

O processo de desmembramento teve caráter parcial compreendendo a transferência de ativos em valores de balanço especial levantado em 31 de março de 2013, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Executiva Serviços de Contabilidade S/S, contratada para auxiliar a Comissão de Desmembramento designada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2013 e para avaliar os itens patrimoniais a serem desmembrados, pelo seu valor contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como objetivo a constituição de uma nova cooperativa, na forma prevista na legislação cooperativista.

O principal ativo desmembrado estava representado pela participação acionária equivalente a 100% das ações da sociedade de propósito específico, denominada CERBRANORTE Geração S/A. Este investimento se refere à exploração de um potencial hidrelétrico, através da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Capivari, com 12.000 kW de potência instalada, em consórcio formado por CERBRANORTE Geração S/A e Urbano Agroindustrial Ltda. O projeto encontrava-se na fase de construção devidamente outorgado junto à ANEEL.

O desmembramento resultou na constituição de nova sociedade cooperativa denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Braço do Norte, sob a sigla CERBRANORTE – GD. O objetivo desta nova sociedade cooperativa será a exploração da atividade de geração de energia elétrica e demais atividades relacionadas com o desenvolvimento da infraestrutura nos municípios de sua área de atuação, sobretudo em Braço do Norte – SC.

Na sociedade remanescente manteve-se a atividade de distribuição de energia elétrica e demais atividades relacionadas, preservada a denominação social da cooperativa.

O processo encontra-se em fase de apreciação por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para obtenção de anuência.

O registro dos efeitos do processo de desmembramento, bem como os ajustes decorrentes das operações ocorridas após a data do evento, foi realizado em 30 de novembro de 2013, tendo por base, o Laudo de Avaliação resultando nos seguintes efeitos:

5.1. Efeitos do Desmembramento na data base utilizada para o processo:

a) Ativos desmembrados:

Descrição	Valor R\$
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	
Valor em moeda corrente nacional, destinado a manutenção dos negócios iniciais da Nova Sociedade Cooperativa.	100,00
<u>Investimentos</u>	
<u>Ações</u>	
Participação equivalente a 100% do capital social da empresa CERBRANORTE Geração S/A, sendo:	
Valor Integralizado	12.626,80
(+) Adiantamento Para Aumento de Capital	3.999,63
Soma das Participações Através de Ações	16.626,43
<u>Quota-parte de Capital Social</u>	
Participação totalmente integralizada no Capital Social da Central de Cooperativas Geradoras de Energia Elétrica de Santa Catarina - SC/GERACOOOP, representado por 5.000 (cinco mil) quotas no valor de R\$ 1,00 cada.	5,00
Soma dos Investimentos	16.631,43
<u>Imobilizado</u>	
<u>Terrenos</u>	
Investimento em imóveis, representado por quatro terrenos localizados na cidade de Braço do Norte - SC.	208,10
Investimento em imóveis, representado por um terreno localizado na cidade de Rio Fortuna - SC.	32,00
Soma de Terrenos	240,10
<u>Edificações, Obras Civas e Benfeitorias</u>	
<u>Almoxarifado</u>	
Edificação em alvenaria destinada a abrigar o almoxarifado principal de bens para manutenção e investimento em redes de distribuição de energia elétrica e veículos	269,73
<u>Garagem</u>	
Cobertura destinada a garagem para veículo	5,82
<u>Sede da Associação de Funcionários</u>	
Edificação em alvenaria destinada a abrigar espaço dedicado a associação de funcionários em serviço de recreação e lazer.	135,70
Soma de Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	411,25
Soma dos Bens do Ativo Imobilizado	651,35
Soma dos Ativos	17.382,78

b) Patrimônio Líquido desmembrado:

Descrição	Valor R\$
Capital Social - Quotas-Partes	
Representado pela participação de 18.418 (dezoito mil quatrocentos e dezoito) associados:	92,09
Reservas Estatutárias de Sobras	
<u>Reserva Legal</u> Parcela do saldo da reserva, proporcional ao valor dos ativos desmembrados.	1.375,13
<u>Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social - RATES</u> Parcela do saldo da reserva, proporcional ao valor dos ativos desmembrados.	341,83
<u>Fundo de Investimento e Ampliações</u> Parcela da reserva necessária para completar o valor dos ativos desmembrados	15.573,73
Soma das Reservas Estatutárias de Sobras	17.290,69
Soma do Patrimônio Líquido	17.382,78

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2014	2013
Caixa e Bancos				1.571,54	876,98
Aplicações no Mercado Aberto					
Caixa Economica Federal	FIC Automático	Imediato	0,93% a m	398,25	-
				398,25	-
				1.969,79	876,98

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate em prazo não superior a 90 dias.

7. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de

competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos Vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	mais 90 dias	2014	2013
Consumidores					
Residencial	1.353,46	204,12	54,53	1.612,11	1.304,74
Industrial	1.814,78	378,59	60,83	2.254,20	1.682,14
Comercial	854,77	72,53	20,22	947,52	744,32
Rural	777,40	64,25	15,18	856,83	661,58
Poder Público	79,00	1,97	-	80,97	61,45
Iluminação Pública	121,09	-	-	121,09	111,54
Serviços Públicos	34,04	-	-	34,04	26,98
Suprimento	51,97	-	205,45	257,42	148,01
Participação Financeira	65,39	-	-	65,39	-
Serviços Taxados/Outros	69,55	-	-	69,55	102,82
					-
	5.221,45	721,46	356,21	6.299,12	4.843,58

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2014	2013
Consumidores		
Residencial	64,27	63,38
Industrial	78,95	66,71
Comercial	24,88	19,36
Rural	66,93	4,55
Poder Público	-	-
Iluminação Pública	-	-
Serviços Públicos	-	-
Soma	235,03	154,00
Outros Crédito		
Outros Parcelamentos	271,26	271,26
	506,29	425,26

9. Outros Créditos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Circulante</u>		
<u>Devedores Diversos</u>		
Empregados	11,49	64,83
Adiantamento a Fornecedores	141,56	55,19
Prefeitura Municipal de BN	58,57	58,57
Diferença Mensal de Receita - DMR	70,85	81,70
	<u>282,47</u>	<u>260,29</u>
<u>Outros Créditos</u>		
Parcelamento de Energia	397,17	361,43
Uso Mútuo de Postes	43,13	68,49
Serviços em Curso	-	224,58
Subvenção CDE	1.715,94	1.546,69
Outros	498,02	10,00
	<u>2.654,26</u>	<u>2.211,19</u>
Soma do Circulante	2.936,73	2.471,48
<u>Não Circulante - Realizável a Longo Prazo</u>		
<u>Outros Créditos</u>		
Depósitos Vinculados a Litígios	156,51	65,98

10. Impostos e Contribuições Sociais

	2014	2013
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	4,70	4,40
Contribuições Sociais a Recuperar	38,02	31,85
ICMS a Recuperar	223,84	52,27
	266,56	88,52
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	524,70	67,68
	524,70	67,68
Passivo Circulante		
ISS PMBN a Recolher	6,09	1,86
Taxas Municipais	-	-
ICMS a Pagar	60,93	366,77
INSS a Recolher	115,92	90,08
FGTS a Recolher	39,42	32,34
IRRF a Recolher	1,12	1,10
Contribuições Sociais na Fonte	1,20	0,04
PIS a Pagar	6,41	5,25
COFINS a Recolher	1,23	1,23
IRPJ a Pagar	21,84	21,40
CSLL a Pagar	13,10	12,84
	267,26	532,91

10.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

10.2. Imposto de Renda a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

10.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado anualmente com base no lucro real, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a cooperativa adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 33.

11. Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Almoxarifado de Manutenção		
Condutores	100,15	42,37
Estruturas	105,52	91,32
Medidores	29,54	10,98
Chaves	20,24	14,39
Transformadores	8,35	4,01
Parafusos e Ferragens	43,87	12,93
Iluminação Pública	3,87	1,85
Materiais Diversos	45,73	35,51
Sucata	3,32	10,52
	<u>360,59</u>	<u>223,88</u>

12. Despesas Pagas Antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente compreendem o valor das despesas com seguros para cobertura contra sinistro com veículos da frota e máquinas e equipamentos conforme descrito na nota 34.

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 025/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;

- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo Intangível - Permissão	20.464,97	7.776,50
Soma do Intangível	20.464,97	7.776,50
Ativo Financeiro Indenizável	4.255,31	3.292,91
Soma do Financeiro	4.255,31	3.292,91

	<u>Ativo Financeiro Indenizável</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.359,87
Transferência para Ativo Financeiro	933,04
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.292,91
Transferência para Ativo Financeiro	962,40
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.255,31

14. Investimentos

	Participação	Valor	
		2014	2013
Investimentos			
Participações Societárias			
Avaliadas pelo Custo			
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	21,69	21,69
Fecoerusc	0%	1,20	1,20
CREDVALE	0%	20,82	20,82
		43,71	43,71

15. Imobilizado

	2014	2013
Distribuição		
Linhas Redes e Subestações		
Imobilizado em Curso		
Material em Depósito	493,13	237,22
Subestações		
Gastos a Ratear	576,75	-
Adiantamento a Fornecedores	256,62	532,56
	833,37	532,56
	1.326,50	769,78

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão	16.823,06	(5.182,12)	11.640,94	(3.292,90)	(571,54)	7.776,50
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.823,06	(5.182,12)	11.640,94	(3.292,90)	(571,54)	7.776,50
Direito de uso da permissão	27.592,63	(5.446,99)	22.145,64	(962,40)	(718,27)	20.464,97
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27.592,63	(5.446,99)	22.145,64	(962,40)	(718,27)	20.464,97

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERBRANORTE, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

16.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment - A CERBRANORTE tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos

impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;

- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição.

Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

16.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

17. Empréstimos e Financiamentos

	2014	2013
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	507,16	-
Caixa Economica Federal - Contrato 25/41	52,03	47,62
Caixa Economica Federal - Contrato 26/22	18,62	17,04
Bradesco - Contrato 878391/8	45,07	44,58
Bradesco - Contrato 886524/8	28,27	26,34
	651,15	135,58
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo		
BRDE - Banco Regional Desenv. Ext. Sul	11.875,53	-
Caixa Economica Federal - Contrato 25/41	4,16	51,58
Caixa Economica Federal - Contrato 26/22	1,49	18,46
Bradesco - Contrato 878391/8	93,37	141,16
Bradesco - Contrato 886524/8	60,76	94,40
	12.035,31	305,60

Captação de recursos no exercício - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- a) Financiamento contraído em 25 de fevereiro de 2014, conforme contrato SC-30.919, destinado a construção de uma subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 8.311 mil.

Taxa de juros: 4,9% a.a.

Período de amortização: 105 parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15/07/2015 e a última parcela em 15/03/2024.

Carência: início a partir de 15/06/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

- b) Financiamento contraído em 30 de dezembro de 2013, conforme contrato SC-30.427 destinado a aquisição de equipamentos para a subestação de 138 KV, com as seguintes características:

Valor captado: R\$ 4.006 mil.

Taxa de juros: 3,5% a.a.

Período de amortização: 96 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15/02/2016 e a última parcela em 15/01/2024.

Carência: início a partir de 15/04/2014 com juros calculados mensalmente e debitados em conta corrente.

Garantias: Para segurança do principal e demais obrigações dos referidos contratos, a cooperativa dá em penhor de títulos de créditos, imóveis no valor de R\$ 1.050 mil, terrenos no valor de R\$ 8.300 mil, e todos os recebíveis oriundos do fornecimento de energia elétrica no limite máximo do valor do contrato, a partir da data do contrato até a sua liquidação.

18. Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	2.296,47	2.661,42
	2.296,47	2.661,42
Material e Serviço		
Material e Serviço	852,45	442,21
	852,45	442,21
	<u>3.148,92</u>	<u>3.103,63</u>

19. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Folha de Pagamento		
Folha de Pagamento Líquida	196,70	166,20
Tributos e Contribuições Sociais Retidos	71,16	54,73
Consignação em Favor de Terceiros	34,07	24,95
	301,93	245,88
Provisões Trabalhistas		
Férias	378,39	389,57
Encargos Sociais sobre Férias	152,44	152,47
	530,83	542,04
	832,76	787,92

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	47,28	26,85
Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização - TFSEE	5,93	4,63
	53,21	31,48

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2012	9,34	4,96	144,53	241,26	400,09
Constituições	59,05	29,53	58,89	146,76	294,23
Juros Selic	-	-	7,10	19,25	26,35
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(53,67)	(27,12)	-	-	(80,79)
Em 2013	14,72	7,37	210,52	407,27	639,88
Constituições	70,93	35,46	70,93	177,32	354,64
Juros Selic	-	-	13,76	31,23	44,99
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(71,57)	(35,79)	-	-	(107,36)
Em 2014	14,08	7,04	295,21	615,82	932,15

22. Provisão para Contingências

	2014			2013		
	Valor da Provisão		Depósito Judicial	Valor da Provisão		Depósito Judicial
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Provisões para Contingência - Curto Prazo						
Trabalhistas	91,00	106,00	Com dep.	-	15,00	Com dep.
Cíveis e Terceiros	(5,76)	220,00	Com dep.	45,76	225,76	Com dep.
	85,24	326,00		45,76	240,76	
Provisões para Contingência - Longo Prazo						
Tributárias	-	364,35	Sem dep.	-	364,35	Sem dep.
	-	364,35		-	364,35	

23. Outras Contas a Pagar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo Circulante		
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Consumidores	797,67	316,67
CERBRANORTE - GD - Desmembramento Sociedade	0,00	110,96
Destinações do FATES - 2012	43,71	125,04
Convênios de Arrecadação	86,63	102,11
Outros	216,54	20,02
	<u>1.144,55</u>	<u>674,80</u>
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Associados	536,16	536,16
	<u>536,16</u>	<u>536,16</u>

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 2.602.35 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 estava representado por 2.581,25 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 20.146 associados em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 eram 19.047 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das

sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembléia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituída estatutariamente por 50% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembléia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembléia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado do Exercício	5.045,61	2.865,09
Destinações		
RATES	357,40	246,25
Reserva Legal	493,50	275,67
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	2.467,47	1.378,34
	<u>3.318,37</u>	<u>1.900,26</u>
Realização de Reservas		
RATES	166,21	0,00
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	175,40	125,28
	<u>341,61</u>	<u>125,28</u>
Sobras a Disposição da AGO	<u><u>2.068,85</u></u>	<u><u>1.090,11</u></u>

25. Instrumentos Financeiros

25.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6.

Contas a Receber – Consumidores: apresentados na nota 7.

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 17.

Fornecedores: apresentados na nota 18.

25.2. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

25.2.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

25.2.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

26. Ingresso/Receita Operacional

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
a) Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica		
Residencial	3.528,82	4.804,57
Industrial	4.085,54	5.258,48
Comercial, Serviços e Outras Atividades	1.854,84	2.690,71
Rural	1.900,16	2.821,83
Poder Público	169,89	233,80
Iluminação Pública	320,92	495,86
Serviço Público	91,94	115,90
Renda Não Faturada	58,25	96,16
Efeitos da Revisão/Reajuste	(447,01)	2.211,72
	11.563,35	18.729,03
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	7.504,59	4.830,62
Industrial	9.727,92	5.286,98
Comercial, Serviços e Outras Atividades	4.416,49	2.705,30
Rural	4.738,88	2.736,97
Poder Público	404,51	235,07
Iluminação Pública	764,13	498,55
Serviço Público	218,91	116,53
Renda Não Faturada	138,70	96,69
	27.914,13	16.506,71
c) Receita de Construção	15.670,60	3.741,96
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	186,27	177,76
Doações, Contribuições e Subvenções (*)	5.128,99	2.391,33
Rendas de Prestação de Serviços	-	39,09
Serviço Taxado	64,72	65,86
Outras Receitas	139,59	169,37
Efeitos da Revisão/Reajuste	25,19	(427,01)
	5.544,76	2.416,40
	60.692,84	41.394,10
(*) Doações, Contribuições e Subvenções		
Subsídio - Água/Esgoto	41,83	16,45
Subsídio - Rural	2.756,80	1.311,19
Subsídio - Irrigante	56,15	10,81
Subsídio - Distribuição	2.201,68	1.037,63
Subsídio - Geração Fonte Incentivada	72,53	15,25
Outras Doações	-	-
	5.128,99	2.391,33

27. Deduções da Receita/Ingresso

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tributos Sobre a Receita		
COFINS	-	0,27
PIS	-	1,23
ICMS	8.690,41	7.123,32
ISS	-	0,14
	<u>8.690,41</u>	<u>7.124,96</u>
Encargos Setoriais		
CCC	-	360,44
CDE	560,80	745,65
P&D e PEE	177,32	293,99
	<u>738,12</u>	<u>1.400,08</u>
	<u><u>9.428,53</u></u>	<u><u>8.525,04</u></u>

28. Receita Operacional Líquida

	<u>Receita Bruta</u>	<u>PIS/PASEP e COFINS</u>	<u>ICMS</u>	<u>Encargos do Consumidor</u>	<u>ISS</u>	<u>Receita Líquida</u>
Em 2014						
Fornecimento de Energia Elétrica	11.563,35	-	(2.761,55)	(118,39)	-	8.683,41
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	27.914,13	-	(5.928,86)	(619,73)	-	21.365,54
Receita de Construção	15.670,60	-	-	-	-	15.670,60
Outras Receitas Operacionais	5.544,76	-	-	-	-	5.544,76
	<u>60.692,84</u>	<u>-</u>	<u>(8.690,41)</u>	<u>(738,12)</u>	<u>-</u>	<u>51.264,31</u>
Em 2013						
Fornecimento de Energia Elétrica	18.729,04	-	(2.982,88)	(35,71)	(0,14)	15.710,31
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	16.506,71	(1,50)	(4.140,44)	(1.364,38)	-	11.000,39
Receita de Construção	3.741,96	-	-	-	-	3.741,96
Outras Receitas Operacionais	2.416,40	-	-	-	-	2.416,40
	<u>41.394,11</u>	<u>(1,50)</u>	<u>(7.123,32)</u>	<u>(1.400,09)</u>	<u>(0,14)</u>	<u>32.869,06</u>



29. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e aminist.	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2014 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(12.977,13)	-	-	-	(12.977,13)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(712,98)	-	-	-	(712,98)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(6.367,73)	-	-	-	(6.367,73)
Pessoal e Administradores	(4.657,26)	-	(1.517,91)	-	(6.175,17)
Material	(1.014,07)	-	(176,05)	-	(1.190,12)
Serviços de Terceiros	(1.078,63)	-	(538,00)	-	(1.616,63)
Depreciação e Amortização	(645,53)	-	(84,51)	-	(730,04)
Custo de Construção	(15.670,60)	-	-	-	(15.670,60)
Outros Custos e Despesas (*)	(79,43)	-	(664,83)	77,78	(666,48)
Custos dos Outros Serviços Prestados	(5,44)	(67,78)	-	-	(73,22)
	(43.208,80)	(67,78)	(2.981,30)	77,78	(46.180,10)
Em 2013 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(11.137,88)	-	-	-	(11.137,88)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(497,71)	-	-	-	(497,71)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(1.953,10)	-	-	-	(1.953,10)
Pessoal e Administradores	(4.072,93)	-	(1.393,52)	-	(5.466,45)
Material	(871,19)	-	(234,33)	-	(1.105,52)
Serviços de Terceiros	(959,84)	-	(1.063,86)	-	(2.023,70)
Depreciação e Amortização	(563,55)	-	(94,92)	-	(658,47)
Custo de Construção	(3.741,96)	-	-	-	(3.741,96)
Outros Custos e Despesas (*)	(100,35)	-	(319,28)	(2.946,96)	(3.366,59)
Custos dos Outros Serviços Prestados	(67,08)	(226,31)	-	-	(293,39)
	(23.965,59)	(226,31)	(3.105,91)	(2.946,96)	(30.244,77)
(*) Efeitos da Revisão/Reajuste					
	2014				(634,18)
	2013				2.564,67

29.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

30. Detalhamento do Resultado Financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	10,19	5,32
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	294,27	421,51
Outras Receitas Financeiras	47,52	41,46
	351,98	468,29
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	10,53	10,97
Juros e Multas	195,32	562,13
IOF	5,04	0,92
Outras Despesas Financeiras	144,75	71,85
	355,64	645,87
	(3,66)	(177,58)

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

31.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

31.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Resultados

	2014		
	Atividades de Negócios		
	Distribuição	Comercialização	Total
Receita Operacional Líquida	42.437,32	8.826,99	51.264,31
Custos dos Serviços	28.125,15	15.083,65	43.208,80
Resultado Operacional Bruto	14.312,17	(6.256,66)	8.055,51
<u>Despesas Operacional</u>	<u>2.611,97</u>	<u>359,33</u>	<u>2.971,30</u>
Despesas com Vendas	-	67,78	67,78
Despesas Gerais e Administrativas	2.700,64	280,66	2.981,30
Outras Receitas e Despesas	(88,67)	10,89	(77,78)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	11.700,20	(6.615,99)	5.084,21
Receitas Financeiras	313,50	38,48	351,98
Despesas Financeiras	(175,05)	(180,59)	(355,64)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	11.838,65	(6.758,10)	5.080,55
Tributos Sobre o Lucro	-	-	34,94
Resultado Líquido do Período	11.838,65	(6.758,10)	5.045,61
Resultado Líquido do Período - 2013	589,03	2.310,29	2.865,09

31.4. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2014 chegaram a perfazer um montante de R\$ 761,35 mil, representando cerca de 2,47% do total das receitas da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e Conselhos	-	15,72	379,22	-	22,61	357,84
Encargos Sociais	-	8,95	94,25	-	8,53	89,74
Outros	-	-	25,64	-	-	20,59
	-	24,67	499,11	-	31,14	468,17

33. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2014

Contas	Operações com		
	Associados	Terceiros	Total
1 - Receita Operacional Bruta	44.813,52	215,77	45.029,29
2 - Deduções da Receita Bruta	9.428,53	-	9.428,53
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	8.690,41	-	8.690,41
2.2 - Encargos Setoriais	738,12	-	738,12
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	35.384,99	215,77	35.600,76
4 - Custo do Serviço de Energia Elétrica	27.401,45	66,02	27.467,47
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	7.983,54	149,75	8.133,29
6 - Despesas Operacionais	3.048,58	4,16	3.052,74
Despesas Gerais e Administrativas	3.034,80	14,28	3.049,08
Despesas Menos Receitas Financeiras	13,78	(10,12)	3,66
7 - Resultado Não Operacional	-	-	-
8 - Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7)	4.934,96	145,59	5.080,55
9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	-	34,94	34,94
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	21,84	21,84
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	-	13,10	13,10
10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9)	4.934,96	110,65	5.045,61
Resultado Líquido do Exercício em 2013	2.756,67	108,12	2.864,79

34. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos e máquinas e equipamentos da entidade conforme descrito a seguir:

Descrição do Bem	Vigência	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos			
Caminhões	26/05/2015	400,00	14,76
Utilitários e Automóveis	26/05/2015	800,00	16,68
Máquinas e Equipamentos			
Religadores e Reguladores	28/07/2015	1.890,00	17,20
		1.890,00	17,20
		3.090,00	48,64

35. Contingências

35.1. Contingências Trabalhistas – A cooperativa mantém depósito judicial no valor de R\$ 106 mil referentes a ações trabalhistas em fase liquidação com perda provável.

35.2. Contingências Fiscais

35.2.1. INSS - Em 2008 a cooperativa foi autuada pela Receita Federal do Brasil mediante auto de infração DEBCAD: 37.106.800-2 e DBCAD: 37.106.801-0, no valor de R\$ 364 mil. A autuação refere-se ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre a prestação de serviços na área da saúde em contratos firmados com a Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel Ltda. - Unimed de Tubarão.

A Cooperativa interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis – SC, em 28 de novembro de 2008, requerendo nulidade total do ato fiscal. A administração da cooperativa entende que o imposto não é devido, não tendo sido julgado até o encerramento do exercício.

A cooperativa efetuou a provisão no valor das multas, reconhecendo integralmente seu valor no resultado do exercício.

Não foram atualizadas monetariamente por decisão do conselho de administração.

35.2.2. PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, realizada pela Secretaria de Receita Federal resultou a lavratura de auto de infração, protocolado em 9 de outubro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da

Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 13 de novembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do caráter inovador e dos aspectos formais do auto de infração, a cooperativa reconheceu como possível sua materialização.

Em julgamento proferido em novembro de 2014 o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade em favor da incidência do PIS/COFINS sobre as receitas das cooperativas de serviços médicos e de profissionais liberais, decisão que poderá influenciar o entendimento da administração sobre a incidência dos tributos sobre as receitas da cooperativa.

A administração aguardará manifestação da Receita Federal do Brasil em relação aos valores notificados, caso a referida decisão influencia a cobrança, para rever os procedimentos de mensuração da contingência.

Os valores notificados foram:

	Contribuição		Soma
	PIS	COFINS	
Pincipal	203,23	926,38	1.129,61
Juros de Mora	95,84	435,01	530,85
Multa	152,42	694,78	847,20
Soma	451,49	2.056,17	2.507,66

35.3. Contingências Cíveis – A cooperativa mantém provisão de R\$ 220 mil referente a ações judiciais, sendo R\$ 225,76 mil reconhecidos em 2013.

36. Outras Informações

36.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela ELETROBRAS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.668,42 e de R\$ 1.546,69 em 31 de dezembro de 2013.

36.2. Reajuste Tarifário

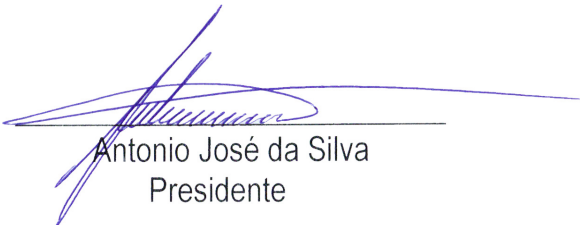
Em setembro de 2014 a CERBRANORTE passou pelo processo de reajuste tarifário, cujo resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.800 de 23 de setembro de 2014. As tarifas da base econômica da CERBRANORTE, constantes do Anexo II, da Resolução Homologatória nº 1.627, de 27 de setembro de 2013, ficaram em média, reajustados em 13,08%, sendo, 11,21% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,87% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

36.3. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

36.4. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

36.5. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERBRANORTE elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Braço do Norte (SC), 31 de dezembro de 2014.



Antonio José da Silva
Presidente



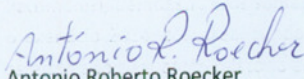
Jairo Dirksen
Contador
CRC/SC-027913/O-4

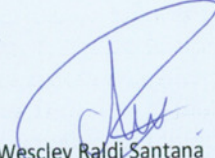
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE
CNPJ: 86.433.042/0001-31
NIRE: 42.4.0000032-1

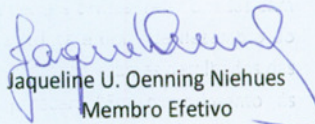
ATA Nº 02-2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

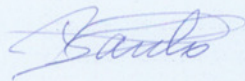
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE – CERBRANORTE, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano de 2015 (dois mil e quinze). Reuniram-se na sede da Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte, sito a Rua Jorge Lacerda, 1761 nesta cidade com início às 16:h00min, com o coordenador Sr. Antonio Roberto Roecker cumprimentando os presentes e os convidou a iniciar os trabalhos de conclusão fiscalização para emissão do Parecer das demonstrações financeiras. Examinaram e apreciaram o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstrativos sobras e perdas, relatórios estatísticos e demais contas relacionadas com o exercício 2014, compreendendo entre 1º(primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano bem como relatório anual do conselho de administração. Realizado exames detalhados das peças contábeis e demonstrativos resolvem emitir o seguinte parecer: “Em cumprimento às determinações estatutárias” e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária caixa e demais informações, como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimento dos atos praticados. Em vista da realização da assembléia geral ordinária, emitimos parecer favorável no sentido de que as informações e demonstrativos sejam aprovados pelos associados. Também verificamos o edital de convocação da assembléia geral marcada para o dia 07 (sete) de fevereiro do corrente ano que está sendo divulgada dentro do prazo previsto pelo estatuto social, Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, Esta ata após lida se aprovada é assinada por mim secretario pelo coordenador e membro. Esta ata é produzida por meio eletrônico conforme determinada no estatuto social.


Braço do Norte, 27 de janeiro de 2015.


Antonio Roberto Roecker
Coordenador


Wesley Raldi Santana
Secretario


Jaqueline U. Oening Niehues
Membro Efetivo







BEZ & ASSOCIADOS Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte
Braço do Norte - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte** (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BEZ & ASSOCIADOS
Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte - Cerbranorte** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, em 30 de novembro de 2013 a Sociedade procedeu ao desmembramento de parte de seus ativos e patrimônio líquido, no montante de R\$ 17.383 mil, constituindo nova sociedade cooperativa denominada Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Braço do Norte - CERBRANORTE – GD, segregando assim, as atividades de distribuição de energia elétrica, das atividades de geração de energia elétrica, de forma a atender ao previsto na legislação vigente. Nossa opinião não foi modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

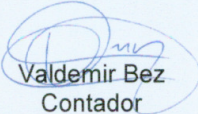
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias Abertas e como informação suplementar pelas IFRS, as quais não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados. Nosso relatório, datado de 28 de fevereiro de 2014, foi emitido contendo ênfase quanto ao mesmo assunto tratado no parágrafo “Ênfase”, deste relatório.

Maringá - PR, 23 de janeiro de 2015

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2